

**Câmara Municipal de Mesão Frio**

# DECLARAÇÃO AMBIENTAL



Maio de 2010

Grupo de Estudos Territoriais  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	3
1 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA .....	4
1.1 Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica .....	4
1.2 Avaliação Ambiental de Impactes de Natureza Estratégica .....	7
2 CONCLUSÕES .....	8
2.1 Forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano .....	8
2.2 As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º e os resultados da respectiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações .....	10
2.3 As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração .....	11
2.4 As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11º) .....	11
3 ANEXO .....	22
3.1 Parecer Final da Comissão Mista de Coordenação .....	22
3.2 Ponderação dos pareceres sobre a definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e o Relatório Ambiental do PDM de Mesão Frio .....	55

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro. 1. Desígnios, opções estratégicas e objectivos específicos definidos no PDM de Mesão Frio .....	5
Quadro. 2. Directrizes de seguimento para a minimização ou potenciação dos efeitos resultantes da aplicação do plano .....	16
Quadro. 3. FCD e indicadores de sustentabilidade .....	21

## INTRODUÇÃO

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de planos, programas e políticas é um procedimento obrigatório em Portugal e um instrumento da política de ambiente cuja obrigatoriedade de aplicação decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que assim consagram no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, susceptíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Enquanto instrumentos de ordenamento rural e urbano ou de utilização dos solos, os planos directores municipais ficam assim sujeitos a um processo de AAE, cabendo à Câmara Municipal de Mesão Frio, enquanto entidade proponente do referido plano, a responsabilidade da AAE. Esta responsabilidade abrange, nomeadamente: a decisão de elaborar a AAE; a determinação do seu âmbito e alcance, bem como a consulta de entidades e do público sobre estes aspectos; a preparação do Relatório Ambiental (RA) e respectivas consultas públicas e institucionais; e a apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente.

A presente DA, referente à proposta de revisão do PDM de Mesão Frio, constitui uma exigência legal, nos termos dos pontos i) a v), alínea b), n.º 1), artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

A DA, destina-se a informar o público, e as autoridades consultadas, sobre a forma como as considerações ambientais foram retratadas na proposta de revisão do PDM de Mesão Frio, apresenta os resultados da Consulta Pública realizada e ainda as medidas de controlo previstas, vinculando a entidade ao seu cumprimento.

Após a aprovação da proposta de revisão do PDM de Mesão Frio, a DA deverá ser enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, acompanhada do respectivo Plano (no caso deste ainda não ter sido objecto de publicação em Diário da República). Posteriormente, esta informação será disponibilizada ao público pela Câmara Municipal de Mesão Frio, através da respectiva página da Internet, podendo ser igualmente disponibilizada na página da Internet da Agência Portuguesa do Ambiente.

# 1 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O processo da AAE da proposta de revisão do PDM de Mesão Frio desenvolveu-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articuladas entre si, destacando-se duas fases principais:

- 1) **Definição do Âmbito da AAE** do PDM (integrou a definição dos Factores Críticos de Decisão (FCD) e o Quadro de Referência Estratégico (QRE));
- 2) **Avaliação Ambiental de Impactes de Natureza Estratégica** da proposta de revisão do PDM (que integrou o RA e respectivo Resumo Não Técnico (RNT)).

## 1.1 Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica

A definição do âmbito de avaliação do PDM de Mesão Frio correspondeu ao resultado da fase de determinação dos FCD do processo de AAE do PDM referido. Esta fase foi objecto de parecer pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

A fase de definição do âmbito da AAE do PDM de Mesão Frio incidiu sobre as sete Questões Estratégicas (QE) que traduzem a ambição do concelho em matéria de desenvolvimento e de ordenamento do território, a qual é marcada pela vontade de fazer de Mesão Frio um concelho aberto, atractivo, competitivo, dinâmico, equilibrado, ordenado, sustentável e com qualidade de vida.

DESÍGNÍOS	QUESTÕES ESTRATÉGICAS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
UM TERRITÓRIO MAIS ABERTO E ATRACTIVO Desenravar e Irradiar	<p><b>1. Garantir a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes</b></p> <p>Melhorar as ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes e melhorar a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes</p>
	<p><b>2. Reforçar a capacidade de atracção e de polarização do concelho.</b></p> <p>Consolidar o papel e as funções urbanas da Vila, atrair e fixar novos residentes, iniciativas e investimentos</p>

<b>UM TERRITÓRIO MAIS EQUILIBRADO E ORDENADO</b> <b>Estruturar e Harmonizar</b>	<b>3. Promover o desenvolvimento da sede do concelho e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e coesão territorial</b> Reforçar o papel e as funções dos pólos urbanos secundários (Vila Marim, Barqueiros e Oliveira), completar, reordenar e requalificar as redes de infra-estruturas básicas, de equipamentos de utilização colectiva e a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna
	<b>4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural</b> Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila e os perímetros urbanos dos pólos secundários; conter e disciplinar a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e compatibilizar os diferentes usos do solo rural
<b>UM TERRITÓRIO MAIS DINÂMICO E COMPETITIVO</b> <b>Diversificar e Qualificar</b>	<b>5. Consolidar o papel e a importância económica do sector vitivinícola</b> Incentivar e apoiar a modernização do sector vitivinícola, melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto do sector vitivinícola e qualificar e valorizar a paisagem
	<b>6. Reforçar o turismo como actividade geradora de mais valias</b> Criar condições para a instalação de projectos de desenvolvimento turístico, reforçar o peso social e económico do sector turístico, apostando na instalação de novas unidades turísticas e diversificar as iniciativas locais direccionadas ao turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais
<b>UM TERRITÓRIO MAIS SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO</b> <b>Preservar e Igualizar</b>	<b>7. Preservar e valorizar o património natural e cultural a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos</b> Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos e proteger e valorizar o património natural, paisagístico e cultural
	<b>8. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respectivos serviços</b> Garantir a manutenção de serviços públicos mínimos nos espaços rurais periféricos e melhorar a acessibilidade e as condições de mobilidade das populações rurais

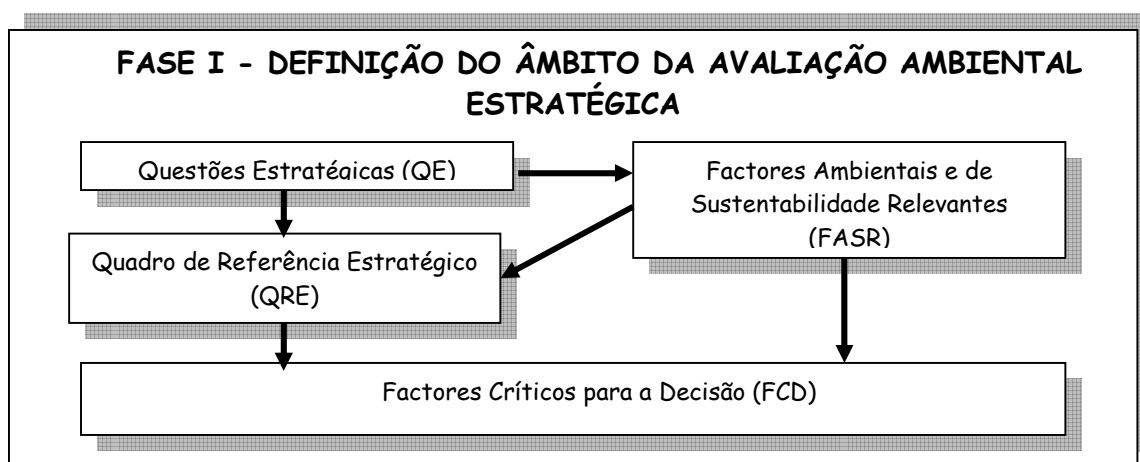
Quadro. 1. Desígnios, opções estratégicas e objectivos específicos definidos no PDM de Mesão Frio

Os FCD constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspectos a ter em conta na concepção da estratégia e das acções que as implementam, para melhor satisfazer objectivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). Resultam de uma análise integrada dos seguintes elementos de carácter estratégico:

- Questões Estratégicas (QE), que configuram as opções estratégicas de base territorial e respectivos objectivos específicos formulados no âmbito do Plano Director Municipal de Mesão Frio;

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o enquadramento com outros planos e programas com os quais o PDM estabelece relações, bem como as estratégias de carácter supra-municipal da política ambiental e de sustentabilidade.
- Factores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR), estabelecidos com base nos aspectos ambientais referidos no Decreto-Lei n.º 232/2007 e no alcance, escala e objectivos do PDM, bem como dos efeitos previsíveis à luz da natureza das intervenções preconizadas para cada uma das opções de base territorial consideradas no plano;

No que diz respeito à componente técnica, o esquema da metodologia proposta é o seguinte:



Os FCD, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam ainda das sugestões e recomendações das entidades consultadas no âmbito dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica.

1. **Organização e gestão do território.** Contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspectos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infra-estruturas públicas;
2. **Coesão e desenvolvimento territorial.** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspectos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
3. **Recursos territoriais:** Compreende a dimensão da protecção e valorização dos recursos endógenos, incluindo os aspectos relacionados com os recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural;

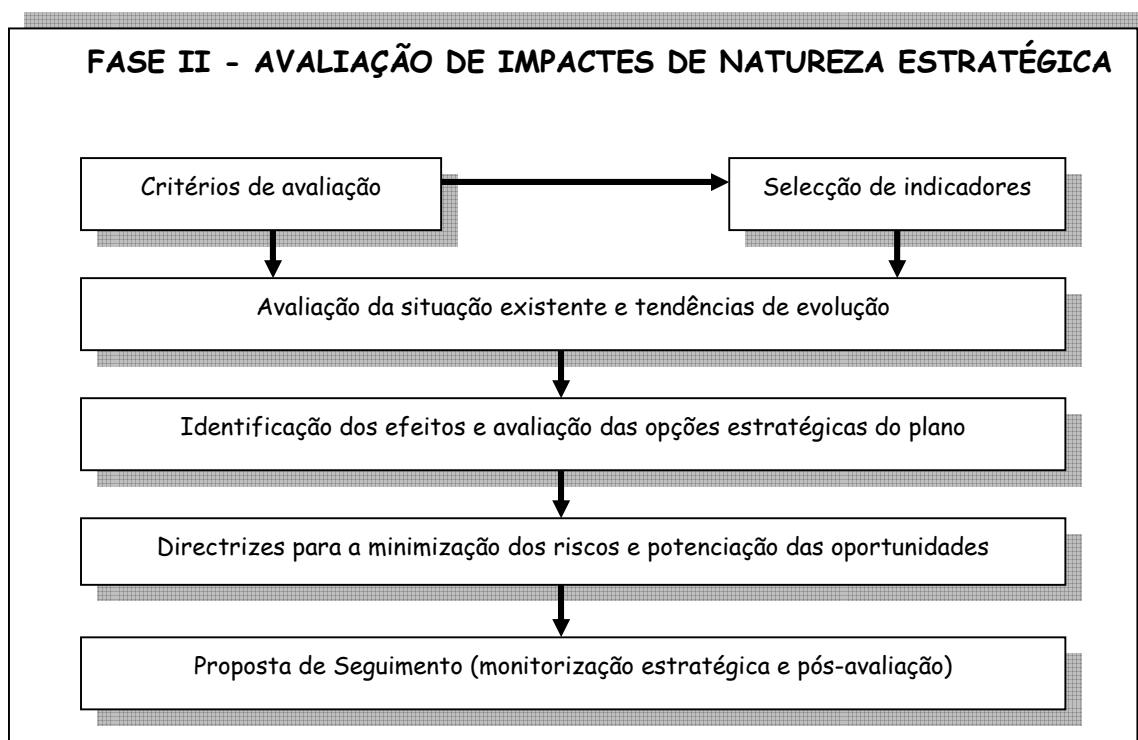
4. **Qualidade ambiental.** Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspectos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos.

Definido o QRE e os FCD, identificaram-se os critérios de avaliação e os indicadores de sustentabilidade associados a cada factor, facilitando a avaliação e a identificação dos efeitos ambientais da estratégia preconizada nas QE da proposta de revisão do PDM de Mesão Frio.

Com base na definição do âmbito da AAE, e nos pareceres emitidos pelas ERAE, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

## 1.2 Avaliação Ambiental de Impactes de Natureza Estratégica

Tendo por base o enquadramento legal e as considerações prévias sobre a avaliação ambiental estratégica formulados na definição do âmbito, a metodologia de AAE incluiu 4 componentes fundamentais: avaliação da situação existente e tendências de evolução; identificação dos efeitos e avaliação das opções estratégicas do plano; directrizes para a minimização dos riscos e potenciação das oportunidades; proposta de seguimento. Esquemáticamente a metodologia proposta é a seguinte:



De referir que a metodologia apresentada teve em conta os resultados da auscultação das entidades com responsabilidade ambientais específicas e da qual resultaram orientações que incidiram sobre a metodologia inicialmente proposta para a avaliação ambiental, a definição dos FCD e a fase de seguimento (directrizes e indicadores).

## 2 CONCLUSÕES

Este capítulo foi desenvolvido com base no estipulado no Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, onde constam os elementos que devem ser incluídos na DA, designadamente:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º e os resultados da respectiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º (Estados Membros da União Europeia);
- As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11º);
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.

Um vez que o concelho de Mesão Frio não faz fronteira com nenhum outro estado membro o ponto referente aos resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º não foi considerado nesta análise.

Seguidamente são desenvolvidos os elementos devem constar na DA do PDM de Mesão Frio.

### 2.1 Forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano

A sujeição da proposta de revisão do PDM de Mesão Frio a AAE, que decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, incidiu sobre a fase final do processo de elaboração do Plano, no qual já se encontravam estabilizadas as opções estratégicas do plano que suportam o modelo de desenvolvimento territorial proposto, ultrapassando assim o processo de avaliação ex-ante que idealmente caracteriza a AAE.

Contudo, destaca-se o facto da determinação das opções estratégicas que formalizam o plano terem sido acompanhadas pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas. Deste modo, as opções estratégicas



já integram aspectos ambientais, configurando-se na sua maioria como opções estratégicas sustentáveis sob o ponto de vista ambiental.

Salienta-se que, decorrendo da AAE, a proposta de regulamento do Plano incorpora um conjunto de Orientações de Gestão com vista à promoção e protecção ambiental dos valores naturais e paisagísticos mais relevantes do concelho representados cartograficamente na planta de condicionantes e na planta de ordenamento.

Para a área da Rede Natura 2000 (Sítio Alvão/Marão - PTCON0003) abrangida pelo concelho, correspondente à área de distribuição da espécie animal prioritária *Canis lupus* (1352), foram definidas no regulamento do PDM um conjunto de orientações de gestão e interdições de uso do solo com a finalidade de manter e/ou promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário. Foram ainda reforçadas no regulamento as acções, projectos, actividades e usos do solo que, de acordo com no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, devem ser sujeitos a análise de incidências ambientais ou estudos de impacto ambiental em áreas integradas na Rede Natura 2000.

As áreas de elevado valor ecológico fundamentais para o equilíbrio e funcionamento o ecossistemas presente no território concelhio foram integradas na estrutura ecológica municipal (EEM), identificada na planta de ordenamento. Para estas áreas são definidos medidas e usos para a gestão do território que visam contribuir para uma utilização sustentável dos recursos naturais e paisagísticos compatíveis com os objectivos de protecção e valorização ambiental.

Para as áreas do território concelhio integradas no Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) e no Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC) foram transpostas para o regulamento do PDM as normas e regras de uso do solo definidas nestes instrumentos de gestão do território com o objectivo de salvaguardar os recursos paisagísticos e naturais presentes.

Dado o avançado estado de elaboração do processo de revisão do PDM de Mesão Frio à data da obrigatoriedade de aplicação da AAE, a integração de questões de sustentabilidade no plano foram também garantidas através da proposta de directrizes de seguimento que devem ser adoptadas durante a fase de execução do plano.

Salienta-se que não foram identificados impactes ambientais estratégicos significativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano e que não sejam minimizáveis ou compensáveis com aplicação das directrizes de seguimento propostas. Na fase de seguimento são ainda propostos uma bateria

de indicadores de sustentabilidade que permitirão monitorizar a evolução do plano face a metas estabelecidas nos documentos estratégicos do QRE.

A aplicação das directrizes de seguimento e o cálculo dos indicadores de monitorização permitirão avaliar a eficácia da aplicação do plano em questões ambientais e reforçar ou corrigir alguns aspectos das QE de forma a promover um desenvolvimento do território mais sustentável.

## **2.2 As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º e os resultados da respectiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações**

De acordo com o n.º 1 do Artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projecto de plano e do respectivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Mesão Frio) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

Neste sentido, o município promoveu a consulta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN); à Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARHN); à Agência Portuguesa do Ambiente (APA); ao Instituto de Conservação e da Natureza e Biodiversidade (ICNB); à Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN); às Estradas de Portugal (EP); ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM); à Rede Eléctrica Nacional (REN); à Autoridade Regional de Saúde do Norte (ARSN); às entidades que fazem parte da Comissão Mista de Coordenação e ainda às entidades convidadas para a conferência de serviços.

Relativamente ao parecer da CCDRN, esta entidade começa por referir que "o documento cumpre o seu propósito, estando devidamente estruturado, de acordo com a metodologia de base adoptada ("Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas, APA, 2007), entendendo-se ainda que o seu conteúdo está organizado de modo explícito".

Relativamente ao Resumo Não Técnico, é referido pela CCDRN que "está bem desenvolvido e estruturado, reflectindo o essencial das conclusões do Relatório Ambiental".

A APA refere no parecer sobre a AAE que "a vocação local destes instrumentos de gestão territorial exige uma ponderação dos interesses ambientais, também com uma incidência muito particular na área de intervenção em causa, pelo que a entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional."

O ICNB faz algumas considerações sobre os indicadores propostos para a monitorização da biodiversidade e solicita uma melhor descrição da área do Sítio Alvão-Marão abrangido pelo concelho, tendo por base a ficha publicada no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Outras recomendações e questões levantadas por estas e outras das ERAE consultadas, consideradas como alvo de reflexão por parte da equipa técnica de revisão e na maioria dos casos atendidas e incorporadas na versão final do relatório ambiental, estão descritas em anexo (anexo 3.2).

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, prevê que "O projecto de plano ou programa e o respectivo relatório ambiental são submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afectados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projectos por aquele enquadrados".

Neste contexto, o projecto de Plano, o respectivo RA e o RNT estiveram disponíveis para consulta pública, entre 5 de Agosto e 15 de Setembro de 2009. Durante esta fase de consulta pública não se verificaram participações com referência aos conteúdos retratados pelo RA.

### **2.3 As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.**

Apesar dos trabalhos de apoio à revisão do PDM de Mesão Frio estarem numa fase muito avançada à data de publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o facto de o PDM não estar em fase de discussão pública implicou a obrigatoriedade de execução do RA.

Neste contexto, como a proposta de revisão do PDM se encontrava num estado avançado de elaboração, aquando do início do processo de AAE, retirou em parte o carácter estratégico intrínseco à fase inicial da própria avaliação.

Desta forma, não foram avaliados cenários alternativos relativamente às QE, nem a outras considerações de ordenamento do território, uma vez que essas questões já se encontravam definidas.

### **2.4 As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11º)**

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, no RA deve constar "uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º".

Estas medidas devem ainda constar da presente DA e ser objecto de verificação por parte da Câmara Municipal de Mesão Frio na fase de seguimento do plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente os efeitos negativos imprevisos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano.

Para que a proposta de revisão do PDM de Mesão Frio apresentasse uma contribuição efectiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi desenvolvido, no ponto 5 do RA, o programa de avaliação e controlo ambiental que visa assegurar a garantia do cumprimento das directrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução da revisão do PDM.

O programa de avaliação e controlo ambiental referido tem como principal objectivo acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de vigência do PDM. Para monitorização do programa de avaliação e controlo ambiental são propostos indicadores de sustentabilidade, com o objectivo de garantir a eficácia e eficiência da AAE durante a execução do plano.

Para cada um dos indicadores, de sustentabilidade propostos foram definidas metas de que o plano deve alcançar para o cumprimento dos objectivos definidos nos documentos estratégicos considerados no QRE.

Tendo em conta o referido no Artigo 11º da Directiva 2001/42/CE, de 25 de Junho, e no Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, os resultados da excussão do programa de avaliação e controlo ambiental (designadamente as acções de monitorização) serão actualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do plano (Câmara Municipal de Mesão Frio), serão divulgados pela entidade referida através de meios electrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

O Quadro 1 apresenta cada um dos FCD considerados na AAE as directrizes de seguimento definidas com o objectivo de minimizar ou eliminar os impactes de natureza ambiental e valorizar as oportunidades geradas pela aplicação das opções estratégicas do plano.

O Quadro 2 focaliza particularmente para cada um dos FCD os indicadores de sustentabilidade considerados face às metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

FCD	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos resultantes da aplicação do plano
<b>Ocupação e Gestão do Território</b>	<p>Condicionar a ocupação e uso do solo à preservação e promoção do uso agrícola ou florestal nos solos de maior capacidade produtiva;</p> <p>Promover nos espaços naturais a manutenção das galerias ripícolas;</p> <p>Promover uma correcta gestão da floresta e a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha;</p> <p>Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis, nomeadamente em relação à manutenção da integridade do solo, biodiversidade;</p> <p>Implementação das regras de protecção e valorização ambiental definidas para as áreas da EEM em solo rural e urbano;</p> <p>Promover uma maior equidade no acesso a equipamentos, bens e serviços fundamentais da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos.</p> <p>Destinar a edificação para fins habitacionais nos espaços agrícolas apenas quando não existam alternativas de localização;</p> <p>Promover a monitorização da ocupação edificada fragmentada ou ao longo das vias e na proximidade de áreas de desenvolvimento turístico ou industrial;</p> <p>Condicionar em solo rural a expansão urbanística, assegurando a redução da pressão urbanística em zonas eminentemente rurais;</p> <p>Assegurar a consolidação das áreas urbanas infra-estruturadas e a optimização do património construído e as edificações já existentes</p> <p>Evitar a construção de tipologias plurifamiliares nos aglomerados urbanos mais rurais, de modo a manter o carácter distintivo destes aglomerados relativamente a vila;</p> <p>Reforço do subsistema urbano de Vila Marim, Barqueiros e Oliveira, de forma a responder às dinâmicas e novas exigências de crescimento urbano.</p>

FCD	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos resultantes da aplicação do plano
<p><b>Coesão e Desenvolvimento Territorial</b></p>	<p>Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região;</p> <p>Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial;</p> <p>Conter a instalação das unidades empresariais de forma dispersa, valorizando a sua localização em zonas industriais ou oficinas;</p> <p>Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental e devidamente enquadradas na paisagem;</p> <p>Promover a consolidação e qualificação das centralidades existentes através da identificação das áreas urbanas consolidadas, caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e com potencial para a localização de novas formas de comércio;</p> <p>Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de saúde, educação, formação profissional, e apoio social e promover acções que visem a melhoria da qualidade de vida;</p> <p>Dinamizar o transporte ferroviário e estimular a optimização do transporte de passageiros e de mercadorias de apoio às actividades logísticas e industriais;</p> <p>Optimizar a capacidade de resposta da rede viária em função do aumento expectável de tráfego decorrente da implantação de novas infra-estruturas regionais e nacionais;</p> <p>Promover a reorganização e/ou criação de redes de transporte público colectivo, valorizando a inter-modalidade e os modos de transporte suaves (pedonais e cicláveis).</p>

FCD	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos resultantes da aplicação do plano
<b>Recursos Territoriais</b>	<p>Protecção e requalificação dos recursos hídricos, subterrâneos e superficiais, e, mais amplamente, além das águas, os leitos, margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas;</p> <p>Implementação de boas-práticas agro-ambientais, incluindo a adopção de sistemas de gestão ambiental nas práticas agrícolas e florestais, de forma a minimizar os impactes ambientais na qualidade e quantidade dos recursos hídricos;</p> <p>Promover a expansão florestal através da implementação de projectos de arborização adequados e bem adaptados em zonas de incultos e mais susceptíveis a fenómenos de erosão ou desertificação;</p> <p>Promover a gestão e o ordenamento dos recursos cinegéticos e piscícolas através da valorização do exercício por associações, sociedades ou clubes de caçadores e pescadores que desenvolvam acções de fomento e conservação da fauna cinegética e piscícola;</p> <p>Identificar áreas com elevado potencial para a exploração de recursos minerais e definir normas para a sua protecção e exploração sustentável baseada na elaboração de planos de lavra devidamente localizados e na execução de planos de recuperação ambiental e paisagístico;</p> <p>Incentivar a implantação de empreendimentos que contribuam para a exploração de fontes de energia renovável (eólica, biomassa, hidroelétrica, etc);</p> <p>Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e minimizar os impactes visuais na paisagem;</p> <p>Promover a protecção e valorização de áreas de elevado valor ecológico e ambiental em espaços agrícolas e florestais com presença de valores naturais, nomeadamente os povoamentos de espécies autóctones e a área abrangida pelo ADV;</p> <p>Manutenção dos padrões de uso do solo tradicionais da Paisagem Protegida do ADV com requalificação das novas armações de terreno e reintrodução de bordaduras e consociações culturais;</p> <p>Promover o ordenamento sustentável do espaço rural contrariando a fragmentação das unidades culturais e das estruturas ou áreas de elevado interesse agrícola e paisagístico;</p> <p>Ao nível da implementação de unidades turísticas e industriais de grande escala deve-se promover a sua harmoniosa integração no território de forma a garantir a protecção e valorização paisagística do solo rural;</p> <p>Adoptar medidas para dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas;</p> <p>O desenvolvimento de projectos turísticos em solo rural devem privilegiar a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico nomeadamente, quintas tradicionais, edifícios de interesse municipal e aldeias rurais;</p>

FCD	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos resultantes da aplicação do plano
Qualidade Ambiental	<p>Reforço dos sistemas multimunicipais para uma melhor gestão das redes de saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU e da produção de energia;</p> <p>Assegurar que o acolhimento de novas actividades industriais e turísticas sejam suportados por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU eficazes;</p> <p>Condicionar a edificação e garantir boas práticas agrícolas e florestais para a protecção do solo em zonas com risco de erosão;</p> <p>Promover boas práticas agrícolas e ambientais nas explorações agrícolas de forma a minimizar os riscos de contaminação do solo e da água com fertilizantes e pesticidas e a produção de resíduos;</p> <p>Promover a correcta ocupação do solo nas cabeceiras das linhas de água, nas áreas de máxima infiltração e nas áreas com risco de erosão, aumento da capacidade de retenção da água e diminuição dos riscos de erosão e de inundação das zonas adjacentes aos cursos de água;</p> <p>Adoptar medidas para a minimização das fontes de poluição do ar e de emissão de ruído originadas por actividades industrial e turísticas e pelo tráfego rodoviário;</p> <p>Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias, áreas com risco de erosão e áreas com risco elevado de incêndio;</p> <p>Condicionar a construção de novos edifícios em áreas naturais e florestais, em particular nas áreas florestais com perigosidade de incêndio elevado;</p> <p>Promover a gestão e ocupação das zonas ameaçadas pelas cheias como espaços verdes mais vocacionados para actividades de recreio e lazer;</p> <p>Criar e manter faixas exteriores de protecção contra incêndios nos aglomerados populacionais de acordo com a priorização do risco.</p>

Quadro. 2. Directrizes de seguimento para a minimização ou potenciação dos efeitos resultantes da aplicação do plano



FCD	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objectivos
<b>Organização e Gestão do Território</b>	Valores absolutos e relativos das áreas da EEM	%	Anual	CM	Manter
	Percentagem de uso do solo rural por categoria de ordenamento	%	Anual	CM	Manter
	Percentagem de áreas afectas à REN e RAN	%	Anual	CM	Manter
	Conexão de áreas classificadas com outros instrumentos de valorização ambiental (REN, RAN e EEM)	ha	Anual	CM	Manter
	Variação da densidade habitacional e populacional	hab/Km <sup>2</sup>	Decenal	INE	Manter/aumentar
	Variação do número e dimensão dos núcleos urbanos	N.º/ha	Decenal	INE	Manter/aumentar
	Variação da população residente por nível hierárquico da rede urbana	%	Decenal	INE	Aumento nos níveis 1 e 2
	Número de licenciamentos para edificação fora dos perímetros urbanos	N.º	Anual	INE	Diminuir/ nula
	Variação do solo urbano expectante	%	Anual	CM	Diminuir
	Percentagem do solo urbanizável infra-estruturado	%	Anual	CM	Manter/diminuir
	Percentagem do solo urbanizável sujeito a instrumentos de programação específicos (UOPG).	%	Anual	CM	Aumentar
<b>Coesão e Desenvolvimento Territorial</b>	Variação da percentagem da população activa	%	Decenal	INE	Aumentar
	Variação total da população residente por freguesia	N.º	Decenal	INE	Manter/aumentar
	Variação dos saldos naturais e migratórios	%	Decenal	INE	Saldos positivos
	Variação da estrutura etária da população	N.º	Decenal	INE	Aumento da população jovem
	Variação da taxa de desemprego	%	Decenal	INE	Diminuir
	Variação do parque habitacional por freguesia	N.º	Decenal	INE	Manter
	Variação dos alojamentos vagos	N.º	Decenal	INE	Diminuir
	Variação do número de edifícios s/ infra-estruturas básicas	N.º	Anual	CM	Diminuir/nula
	Variação do peso de licenças para reconstrução	N.º	Anual	CM	Aumentar
	Variação da superfície agrícola útil	ha	Anual	INE	Manter/aumentar
	Número de explorações agrícolas	N.º	Anual	INE	Manter/aumentar

FCD	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objectivos
	Taxa de ocupação do solo industrial	%	Anual	CM	Aumentar
	Variação do nº de empresas industriais	N.º	Anual	CM	Aumentar
	Variação da oferta de solo industrial	ha	Anual	CM	Manter
	Variação da capacidade de alojamento turístico	N.º	Anual	ACIR	Aumentar
	Taxa de ocupação dos equipamentos hoteleiros	%	Anual	ACIR	Aumentar
	Variação da cobertura da rede de creches	%	Anual	CM	Aumentar
	Variação da cobertura da rede de ensino pré-escolar	%	Anual	CM	Manter/Aumentar
	Variação da cobertura da rede de ensino básico	%	Anual	CM	Manter/Aumentar
	Variação da cobertura da rede de cuidados de saúde	%	Anual	CM	Aumentar
	Variação da extensão da rede viária nacional	Km	Anual	CM	Aumentar
	Variação da extensão da rede viária municipal	Km	Anual	CM	Aumentar
	Variação dos tempos de deslocação a Vila Real, Lamego e Régua	min	Anual	CM	Diminuir
	Variação tempos de deslocação à sede do concelho	min	Anual	CM	Diminuir
	Taxa de cobertura da rede de transportes públicos	%	Anual	CM	Aumentar
<b>Recursos Territoriais</b>	Variação das áreas destinada à protecção dos recursos hídricos	ha	Anual	CM	Manter
	Parâmetros de qualidade dos recursos hídricos superficiais	Parâmetros de qualidade da água	Anual	INAG	Classe A <sup>1</sup>
	Parâmetros de qualidade da água captada para consumo humano	N.º de análises com inconformidades	Mensal	SERURB	Nula
	Parâmetros de qualidade da água de descarga da ETAR	N.º de análises com inconformidades	Mensal	SERURB	Nula

<sup>1</sup> A - **Excelente**: águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade (INAG)

FCD	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objectivos
	Área do concelho efectivamente ocupada por áreas florestais	ha	Anual	CM	Manter/aumentar
	Área do concelho integrada em categorias de espaço urbano	ha	Anual	CM	Manter/aumentar
	Taxa de arborização nas categorias de espaço florestal	%	Anual	CM	Aumentar
	Dimensão dos povoamentos florestais presentes e o seu potencial para a exploração ou conservação	ha	Anual	CM	Manter/aumentar
	Área submetida a regime cinegético especial	ha	Anual	CM/AFN	Manter/aumentar
	Número de concessões ou reservas de pesca	N.º	Anual	CM/AFN	Manter/aumentar
	N.º de associações, sociedade o clube de caça e pesca existentes	N.º	Anual	CM/AFN	Manter/aumentar
	Ocorrências de minerais metálicos e não metálicos com interesse para a exploração	N.º	Anual	DGEG	Aumentar
	Energia produzida por fontes de energias renováveis	MW	Anual	EDP	Aumentar
	Variação do número de edifícios licenciados que cumprem o RCCTE	N.º	Anual	CM	Aumentar
	Variação na percentagem da área do concelho integrada em espaços protegidos/classificadas	ha	Anual	ICNB	Manter
	Variação do número de espécies ameaçadas ou em perigo de extinção na área da Rede Natura 2000 abrangida pelo concelho	N.º	Anual	ICNB	Manter/diminuir
	Área do concelho integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico	ha	Anual	CM	Manter/aumentar
	Variação da área do concelho ocupada por vegetação autóctones	ha	Anual	CM	Manter/aumentar
	Variação da área do concelho ocupada por espécies exóticas (acácias, eucalipto, choupo-branco, etc)	ha	Anual	CM	Diminuir
	Quantificação da implementação das orientações de gestão definidas para as áreas da Rede Natura 2000	N.º	Anual	CM	Implementação das orientações de gestão das espécies

FCD	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objectivos
					prioritárias
	Número de intrusões visuais (construções em grande escala, pedreiras, lixeiras e escombrelas avulso, surribas e patamares)	N.º	Anual	CM	Diminuir/Nula
	Área do concelho integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico	ha	Anual	CM	Manter
	Quantificação dos valores, sítios e edifícios classificados	N.º	Anual	IGESPAR	Aumentar
	Investimento em património cultural e edificado	€(milhares)	Anual	CM	Aumentar
	Rotas turísticas organizadas e sinalizadas	N.º	Anual	CM	Aumentar
Qualidade Ambiental	Variação da população servida pela rede pública de abastecimento domiciliário de água	%	Anual	ATMAD	95% até 2013
	Variação da percentagem da população servida por água tratada em ETA	%	Anual	ATMAD	100%
	Variação da água consumida por habitante	l/hab/dia	Anual	INE/INSAAR	Diminuir
	Variação da qualidade da água de abastecimento público	N.º de análises com inconformidades	Mensal	SERURB	Nula
	Variação da população servida pela rede pública de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais em ETAR	%	Anual	INE/INSAAR	90% até 2013
	Variação da população servida pela rede de RSU	%	Anual	AMVDN	100%
	Número de ecopontos por freguesia	n.º	Anual	AMVDN	Aumentar
	Percentagem de resíduos valorizados/encaminhados para reciclagem	%	Anual	AMVDN	25% até 2011-2016
	Quantificação das fontes emissoras de poluentes atmosféricos e identificação da sua localização e tipologia de poluente emitido	n.º	Anual	CM	Diminuir/eliminar
	Percentagem de áreas urbanas ou urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis	%	Anual	CM	Conter/nula

FCD	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objectivos
	Ocorrência de cheias	N.º	Anual	CM	Nula
	Deslizamentos ou desprendimentos de terrenos	N.º	Anual	CM	Nula
	Variação da florestal ardida	ha	Anual	AFN	Nula
	Variação do n.º de incêndios florestais	N.º	Anual	AFN	Diminuir/nula
	Focos de poluição	N.º	Anual	CM	Diminuir/ eliminar
	Instalações com risco de explosão próximas de áreas residenciais	N.º	Anual	CM	Conter/ eliminar

Quadro. 3. FCD e indicadores de sustentabilidade

### **3 ANEXO**

#### **3.1 Parecer Final da Comissão Mista de Coordenação**

**COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO**  
**DO**  
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MESÃO FRIO**

---

**PARECER FINAL**

Junho 2009

## INDICE

<b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2 - ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>3 - CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS.....</b>	<b>8</b>
<b>4 - CONTEÚDO DOCUMENTAL.....</b>	<b>14</b>
<b>5 - APRECIÇÃO DO CONTEÚDO MATERIAL.....</b>	<b>15</b>
<b>6 - A SOLUÇÃO APRESENTADA.....</b>	<b>25</b>
<b>7 - CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ORDEM SUPERIOR.....</b>	<b>28</b>
<b>8 - CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES DIRECTAMENTE APLICÁVEIS.....</b>	<b>30</b>
<b>9 - PARECER FINAL DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	 <b>35</b>

## I - INTRODUÇÃO

No dia 23 de Junho de 2009 teve lugar nas instalações da CCDR a última reunião da Comissão Mista de Coordenação (CMC) do processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Mesão Frio, com o objectivo de concluir a elaboração do parecer final a que se refere o n.º 4 do artigo 75.º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações incorporadas pelo DL n.º 316/07, de 19 de Setembro.

A convocatória foi realizada através do ofício circular da CCDRN ID 618 458, de 26 de Maio de 2009.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes membros da Comissão Mista de Coordenação:

- CCDR-N	Célia Ramos
- DRAP – Norte	Casimiro Monteiro
	José Luís Gonçalves
- Direcção Regional de Economia do Norte	Maria Júlia Loureiro
- ICNB	Luísa Jorge
- Direcção Regional da Cultura do Norte	Orlando de Sousa
- EP – Estradas de Portugal, SA	Isabel Bastos
- IPTM	José Coutinho
- REFER	Duarte Pereira
- Câmara Municipal de Resende	Fátima Pereira
- ACIR – Associação Comercial e Industrial	Henrique Rocha Santos

Foram convocados e não estiveram presentes a:

- Direcção Regional de Educação do Norte
- Autoridade Regional de Saúde do Norte
- Instituto Português do Património Arqueológico
- Instituto Português de Arqueologia
- IGESPAR
- REN – Rede Eléctrica Nacional
- Águas de Trás-os-Montes
- Câmara Municipal do Peso da Régua



- Adega Cooperativa de Mesão Frio
- Sociedade Humanitária dos Bombeiros Voluntários de MF

Estiveram ainda presentes:

Por parte da Câmara Municipal de Mesão Frio	Eng.º Luís Azevedo
Por parte da equipa do Plano	Eng.º Paulo Gonçalves

## 2 – ASPECTOS PROCEDIMENTAIS

2.1. A Câmara Municipal de Mesão Frio deliberou mandar elaborar a revisão do Plano Director Municipal actualmente em vigor, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/95 e publicado no D.R., I-B, de 22 de Março de 1995, já sob vigência do DL n.º Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, ficando a coordenação da elaboração dos trabalhos de revisão do plano a cargo de um Gabinete Técnico exterior à Câmara Municipal – UATD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Tal deliberação da Câmara Municipal foi publicada, com o n.º 5721/2003, no Diário da Republica de 25 de Julho de 2003 (II Série - AP) (Anexo I).

2.2. De acordo com a legislação em vigor, os Planos Directores Municipais são obrigatoriamente revistos ao fim de um período de 10 anos, a contar da data da sua aprovação e, eventualmente, ratificação.

As principais condições que motivaram a decisão da Câmara Municipal de proceder à revisão do PDM foram especificamente as seguintes:

- **Adequação do plano às disposições do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial**, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo e os diferentes decretos regulamentares (Lei 48/98 e DL 380/99; com as alterações introduzidas pelo DL 56/2007 e pelo DL 316/2007); Adequação e/ou transposição para o plano das estratégias, orientações e directrizes dos novos programas e planos com incidência no território municipal, em particular a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC), o Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), e o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV);

- **Desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento**, tendo em conta não só as dinâmicas socioeconómicas registadas no concelho ao longo da

última década mas também a estratégia e as prioridades de desenvolvimento formuladas pela Câmara Municipal;

- **Revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana** tendo em conta a experiência acumulada com a implementação do actual plano mas também a introdução de normas e critérios resultantes quer do novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, quer dos novos planos e programas com incidência no concelho;

- **Actualização e correcção da informação estatística e cartográfica**, nomeadamente a transposição para uma escala e um suporte adequados (cartografia digital à escala 1:10 000) das plantas de ordenamento e de condicionantes e a criação de um Sistema de Informação Geográfico de suporte ao planeamento e à gestão do território municipal.

**2.3.** A CMC que acompanhou a revisão do Plano Director Municipal de Mesão Frio (Anexo II) foi nomeada pelo Despacho nº8910/2006 do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, publicado em 20 de Abril de 2006, no Diário da República nº78, II Série.

**2.4.** No decurso da elaboração da revisão do plano realizaram-se 13 reuniões da CTA, cujas actas se anexam (Anexo III).

**2.5.** Ao longo de todo o período de elaboração realizaram-se também reuniões sectoriais e sessões de trabalho, nomeadamente nas datas, com as entidades e sobre as áreas temáticas que a seguir se apontam:

- 10 de Fevereiro de 2005, entre a DGOTDU, a CM Mesão Frio e a CCDR-N para a constituição da Comissão de Acompanhamento;

- 19 de Setembro de 2005, entre os Técnicos da Câmara e a CCDR-N;

- 25 de Maio de 2006, 1ª reunião da Comissão Mista de Coordenação, na Câmara de Mesão Frio;
- 22 de Junho de 2006, 2ª reunião da CMC, na de Câmara Mesão Frio;
- 30 de Maio de 2007, 3ª reunião mista da CMC na Câmara de Mesão Frio;
- 27 de Junho de 2007, 4ª reunião mista da CMC na Câmara de Mesão Frio;
- 2 de Outubro de 2007, com a equipa técnica, na CCDR-N;
- 20 de Novembro de 2007, na CCDR-N;
- 1 de Fevereiro de 2008, com CRRAN, em Braga;
- 12 de Fevereiro de 2008, com os Técnicos desta Câmara, na CCDR-N;
- 28 de Fevereiro de 2008, com a UTAD, na Câmara de Mesão Frio;
- 15 de Maio de 2008, com os Técnicos desta Câmara, na CCDR-N;
- 23 de Setembro de 2008, 5ª reunião mista da CMC, nesta Câmara de Mesão Frio;
- 13 de Outubro de 2008, com a Câmara Municipal de Mesão Frio, na CCDR-N;
- 13 de Janeiro de 2009, 6ª reunião da CMC, na Câmara de Mesão Frio;

### **3 – CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS**

**3.1.** Pelo ofício circular da CCDRN - DSOT/DPGU –ID588612, de 27 de Março de 2009, a proposta do PDM de Mesão Frio foi enviado para consulta às seguintes entidades:

- DRAPN
- DREconomia - Norte
- Direcção Regional de Educação do Norte
- Administração Regional de Saúde do Norte
- Instituto da Conservação da Natureza
- Instituto Português de Arqueologia
- Estradas de Portugal, SA
- IPTM
- REFER
- Direcção Regional da Cultura do Norte/IGESPAR
- REN – Rede Eléctrica Nacional
- ARH-Norte
- INAG
- APA
- ANPC

Por lapso da CCDRN não foram convocadas para a Conferência de Serviços a Direcção Regional Florestal do Norte – AFN, o Turismo de Portugal e a Direcção Geral de Energia e Geologia, tendo os elementos que constituem e acompanham o plano sido enviados para apreciação, pelo ofício DSOT – ID597640 de 22 de Abril.



Os pareceres das duas últimas entidades foram enviados e comunicados à Câmara Municipal (Anexo IV).

**3.2.** Como estabelece o n.º 3 e 4 do artigo 22.º da Portaria n.º 1474, de 16 de Novembro de 2007, realizou-se a Conferência de Serviços no âmbito do processo de revisão do PDM, como expressa a acta que se junta em anexo (Anexo V).

Nos termos do estabelecido no RJGT considera-se que os serviços ou entidades que não puderam estar presentes e não enviaram o seu parecer nada têm a opor à presente proposta de PDM, desde que não manifestem a sua discordância no prazo de cinco dias após a comunicação do resultado daquela reunião. Para esse efeito a CCDR remeteu, pelo seu ofício DSGT/ID598300 de 23 de Abril (com aviso de recepção), cópia da acta da Conferência de Serviços a todas as entidades ausentes e que não expressaram o seu parecer.

Concluído o prazo estabelecido no n.º 3 do Artigo 75.º - B do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações incorporadas pelo DL n.º 316/07, de 19 de Setembro, constatou-se que apenas a DR de Educação do Norte emitiu o seu parecer (Anexo VI).

**3.3.** A CMC confirmou que as alterações decorrentes dos pareceres das entidades consultadas foram devidamente incorporadas nos diferentes elementos que constituem o PDM, nos seguintes termos:

- **DRAPN** – Nada a verificar dado ter sido emitido parecer favorável.
- **DREconomia-Norte** – Foram corrigidas as alterações regulamentares propostas.
- **Estradas de Portugal, SA** – Foi entretanto verificada a necessidade de correcção da classificação das estradas ER 108 (Entre-os-Rios / Mesão Frio), EN 101 (Limite do Distrito do Porto/cruzamento) com a EN 108 e EN 108 (Cruzamento com a EN 101/Peso da Régua), tendo sido constado que as mesmas já se encontram contempladas no Plano;
- **IPTM** – Deve ficar especificado na cartografia e legenda o cais secundário da Rede, bem como o *lay-out* da situação existente do cais do Moledo, nos termos da informação a disponibilizar pelo IPTM.

Foi ainda sugerido à Câmara Municipal que no programa da UOPG 13 conste a referência *“ajustada a articulação e valorização das funcionalidades do cais terciário existente”*.

- **REFER** – Relativamente à exclusão da REN do espaço canal ferroviário, considerando-se que a delimitação dessa reserva se encontra concluída foi aceite a manutenção dessa delimitação com a referência de que o actual RJREN, admite a “ampliação” das infra-estruturas existentes.

Relativamente à faixa de protecção ao referido canal, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, a mesma encontra-se estabelecida na lei geral devendo manter-se no Regulamento.

Para todos os efeitos o representante da REFER manifestou a sua discordância relativamente ao ónus que resulta para a entidade que representa.

- **Direcção Regional da Cultura do Norte** – Presente para emissão de parecer a Proposta Final de Revisão do PDM de Mesão Frio, emitiu parecer favorável à proposta com as seguintes correcções:

Planta de Condicionantes:

- Falta delimitar a faixa de 50m relativa à Z.P. do Castro de Cidadelhe de acordo com a delimitação cadastral (prop. Estado).
- Falta referir na legenda: “Monumentos Nacionais: Alto Douro Vinhateiro, por força do n.º7 do art. 15º da Lei N.º107/2001 de 08 de Setembro.

Regulamento:

- Anexo IV: falta igualmente referir: “Monumentos Nacionais: Alto Douro Vinhateiro, por força do n.º7 do art. 15º da Lei N.º107/2001 de 08 de Setembro.

- **ARH-Norte** – As rectificações sugeridas foram devidamente incorporadas. Relativamente ao POARC foi verificada a conformidade nos termos expressos nos diferentes pontos do presente parecer que a esse plano aludem.

- **CCDR** – Foram corrigidas todas as alterações/rectificações sugeridas à excepção dos pontos nº 3, 5 e 10 da informação realizada sobre os aspectos de ordem legal e que reiteramos no ponto 8 do presente parecer final.

- **REN – Rede Eléctrica Nacional** – Aceites e incluídas as sugestões apresentadas.

- **INAG** – Nada a verificar dado que é entendimento da entidade consultada não ser das suas atribuições e competências a pronúncia sobre PDM, que competem às ARH enquanto entidades que a nível regional prosseguem as competências de gestão das águas.

- **APA** - Nada a verificar dado que é entendimento da entidade consultada não ser das suas atribuições e competências a pronúncia sobre PDM, que competem às CCDR enquanto entidades que a nível regional prosseguem as competências ambientais.

- **ICNB** – Nada a verificar dado ter sido emitido parecer favorável.

- **Direcção Regional de Educação do Norte** - Nada a verificar dado ter sido emitido parecer favorável.

- **DGEG** – Na sequência do Parecer Desfavorável emitido (Anexo V) foram incluídas todas as condições impostas nos pontos 1, 2.

Relativamente ao Relatório foi confirmada pela CMC que a referência aos recursos geológicos assumem a representatividade que é devida na medida em que, no concelho, não existem explorações de recursos geológicos.

Para todos os efeitos foi acrescentada no Relatório uma referência às águas hidrominerais de Moledo.

Excepciona-se o estabelecido no ponto 2.3.1. Planta de Ordenamento e Qualificação do Solo, por ser entendimento da CMC que as servidões e restrições de utilidade pública não tem que constar nessa planta. Por outro lado, verifica-se que o conteúdo programático da UOPG 13 dá resposta às



preocupações expressas relativamente ao desenvolvimento das actividades termais.

Também no que respeita ao ponto 2.3.3. a localização das pedreiras na planta de ordenamento não é uma condição obrigatória sendo da competência do Município a especificação dos termos em que entende dever ocorrer o aproveitamento desse recurso, tal como acontece.

Relativamente ao ponto 2.3.2, formalmente, os limites das ex-concessões de estanho não têm que estar delimitadas na Planta de Condicionantes.

Em termos conclusivos considera a CMC que os elementos que constituem o Plano foram revistos de modo a garantirem a sua correcção formal e de forma ajustada à realidade actual do concelho em matéria de recursos geológicos, recomendando ao Município o envio dos elementos finais da proposta de plano à DGEG no sentido de virem a ser verificados e aceites por essa direcção geral.

**- Turismo de Portugal** – Foi emitido parecer favorável (Anexo V) tendo sido incorporados todos os requisitos sugeridos.

**- Direcção Regional das Florestas/AFN – No que diz respeito ao parecer emitido é entendimento da CMC o seguinte:**

O perímetro florestal adoptado decorre dos elementos disponibilizados oportunamente pelos Serviços Centrais da AFN.

Não existem postos de vigia da rede nacional pelo que não há qualquer referência cartográfica a acrescentar. O mesmo valerá para a rede primária de FGC que não tem que constar na Planta de Condicionantes.

Relativamente ao mapa de perigosidade de incêndio foi confirmado que corresponde à carta de perigosidade do PMDFCI encontrando-se delimitada na planta anexa à Planta de Condicionantes à escala 1:10 000 como vem sendo orientação da ANF. Para devida confirmação sugeriu-se a inclusão da referida carta de perigosidade do PMDFCI nos elementos que acompanham o Plano.

Relativamente à Planta de Ordenamento, dadas as prioridades associadas à Sub-Região do Douro, considera-se que a qualificação dos espaços florestais está adequada às orientações aí estabelecidas para a qualificação do solo. Do mesmo modo se considera adequado o regime de uso e ocupação que lhes é atribuído no Regulamento.\l

**ACIR** Emite parecer favorável recomendando a clarificação dos conceitos referentes a industrial, empresarial e comércio, constantes nos artigos 64º, 77º - UOPG01, 02 e 11, tendo sido esclarecido pela Câmara Municipal que o objectivo era manter a zona industrial na sua plenitude nos termos expressos no regulamento.

#### **4 – CONTEÚDO DOCUMENTAL**

O Plano Director de Mesão Frio é constituído pelos seguintes elementos:

##### **4.1. - Elementos que Constituem o Plano**

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento, à escala 1/10.000;
- c) Planta de Condicionantes, à escala 1/10.000;
- d) Planta Anexa à Planta de Condicionantes, à escala 1/10 000 e que dela faz parte integrante contendo:

##### **4.2. - Documentos que Acompanham o Plano**

- a) Estudos de Caracterização do Território
- b) Relatório
- c) Programa de Execução
- d) Relatório Ambiental

##### **4.3. - Documentos Complementares**

- Planta de enquadramento regional (escala 1:100.000);
- Planta da situação existente (escala 1:25.000);
- Planta da rede viária do concelho (escala 1:25.000);
- Planta da rede viária da vila de Mesão Frio (escala 1:5.000);
- Planta do património cultural (escala 1:25.000);
- Carta da estrutura ecológica municipal (escala 1:25.000);
- Zonamento Acústico;
- Planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor.

Relatório de Ponderação das Participações no âmbito da Discussão Pública (a incluir após a Discussão Pública).

Refira-se que o limite adoptado na presente proposta é o da Carta Administrativa Oficial de Portugal e a cartografia foi realizada pela EDIMFOR – Empresas do Grupo da EDP para a Associação de Municípios do Douro.

## **5 – APRECIÇÃO DO CONTEÚDO MATERIAL**

O PDM de Mesão Frio dá cumprimento aos princípios definidos no art.º 85º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, designadamente no que concerne ao modelo de organização municipal do território, apresentando a caracterização económica e social do município, identificando as principais redes urbanas, viária, de transportes e de equipamentos, de abastecimento público e de segurança, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos.

Identifica as condicionantes, designadamente as reservas e zonas de protecção e restrições de utilidade pública, bem como as protecções necessárias à concretização do plano municipal de protecção civil.

Delimita os perímetros urbanos, especificando e quantificando os índices, indicadores e parâmetros urbanísticos de referência.

Define as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão – 12 UOPG – e estabelece os respectivos objectivos e termos de referência.

Estabelece os sistemas de protecção dos recursos e valores naturais, culturais, agrícolas, florestais e identifica uma estrutura ecológica municipal - urbana, dividida em três subcategorias, que visam salvaguardar espaços verdes em áreas sem aptidão para a edificação, contribuir para a valorização ambiental dos aglomerados e favorecer o enquadramento em áreas de transição, assim designadas – “Áreas Verdes de Protecção e Salvaguarda”, “Áreas Verdes de Utilização Colectiva” e “Áreas Verdes de Enquadramento”, cada uma delas com regras de ocupação e parâmetros urbanísticos, adequados à especificidade ecológica de cada área.



É também definida a Estrutura Ecológica Rural, que se sobrepõe às categorias de espaços definidos para o solo rural – espaços agrícolas, espaços florestais e espaços naturais – com usos dominantes e regimes de ocupação diferentes.

São identificadas e localizadas as actividades industriais, de exploração dos recursos naturais e demais actividades no município.

No solo rural são definidas as aptidões e os usos múltiplos admissíveis.

Define a programação, execução e meios indicativos de financiamento para a execução das opções do Plano nele estabelecidas.

O **Regulamento** detém estatuto de regulamento administrativo e estabelece os objectivos e regras que deverão reger a ocupação, a transformação e o uso do solo municipal articulando-se, em sistema de complementaridade, com as Plantas de Condicionantes e de Ordenamento.

Define as regras aplicáveis ao uso e transformação do solo, bem como os critérios quanto aos instrumentos a desenvolver subsequentemente. A revisão deverá prever a redefinição da estrutura e do conteúdo do actualmente em vigor, em conformidade com a legislação aplicável.

A **Planta de Ordenamento** representa o protótipo da estrutura espacial do território do concelho de Mesão Frio, definindo um modelo de organização municipal do território, que se formata a partir da classificação e qualificação dos solos, bem como da definição das unidades operativas de planeamento e gestão. Sintetiza, igualmente, as estratégias e opções tomadas pelo Município relativamente ao ordenamento do território municipal.

A estrutura da sua legenda traduz as diferentes classes de uso dominantes e sua diferenciada qualificação e está intimamente relacionada com a estrutura adoptada para a organização do Regulamento.

Encontram-se representadas nesta Planta as grandes estruturas territoriais, a saber:

- As áreas do território municipal integradas nas duas classes fundamentais, o **Solo Urbano** e o **Solo Rural**, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 380 / 99, de 22

de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n° 316 / 07, de 19 de Setembro.

- A **Estrutura Ecológica Municipal**, que dá forma e articula, com um carácter transversal, as categorias de espaços que desempenham um papel importante na qualificação do território ao nível das funções biofísicas, das áreas importantes para a valorização dos sistemas ecológicos, da prevenção de riscos naturais, da valorização da paisagem e do património cultural.

A qualificação territorial segue genericamente as classes, categorias e subcategorias estabelecidas na tabela seguinte.

Classe	Categoria	Subcategoria
Solo Rural		Espaços Agrícolas com elevada potencialidade agrícola
	Espaços Agrícolas e Florestais	Outros Espaços Agrícolas
		Espaços Florestais de Protecção
		Espaços Florestais de Produção
	Espaços Naturais e de Valor Paisagístico	
	Espaços de Vocação Turística	
	Espaços Culturais	Espaços de Vocação Religiosa
		Espaços de Acolhimento e Visitação
	Espaços para Infraestruturas	
Solo Urbano		Espaços Predominantemente Habitacionais Nível I
		Espaços Predominantemente Habitacionais Nível II
	Solos Urbanizados	Espaços Predominantemente Habitacionais Nível III
		Espaços de Equipamentos Estruturantes
		Espaços de Interesse Patrimonial
		Espaços Industriais e Empresariais
		Espaços Predominantemente Habitacionais Nível I
		Espaços Predominantemente Habitacionais Nível II
	Solos de Urbanização Programada	Espaços de Equipamentos Estruturantes
		Espaços Industriais e Empresariais
		Espaços Verdes de Utilização Colectiva
	Estrutura Ecológica urbana	Espaços Verdes de Enquadramento
		Espaços Verdes de Protecção e Salvaguarda

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) são as unidades consideradas fundamentais para efeitos da execução do plano, estabelecendo-se, para cada uma delas, os respectivos objectivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de estudos adequados. As UOPG demarcam espaços de intervenção planeada e coerente, sendo programadas por vias de planos ou outras operações urbanísticas eficazes, ou seja através de um planeamento a nível inferior ao do PDM, cumprindo assim as disposições do regime jurídico aplicado aos instrumentos de gestão do território.

No presente PDM estão definidas as seguintes 12 UOPG.

A **Planta de Condicionantes** identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos à ocupação, transformação e uso do solo, nomeadamente relativas a Domínio Hídrico, Recursos Geológicos, Recursos Agrícolas e Florestais, Recursos Ecológicos, Património Edificado, Edifícios Públicos e outras Construções de Interesse Público, Infra-Estruturas Básicas, Infra-Estruturas de Transportes e Comunicações, Equipamentos e outros Estabelecimentos, Defesa Nacional e Segurança Pública, Cartografia e Planeamento.

É constituída por uma planta principal e uma planta anexa que faz parte integrante da primeira, que inclui o Zonamento Acústico, os Povoamentos de Sobreiros, as Áreas Florestais Percorridas por Incêndios e as Áreas de Perigosidade de Incêndios Alta e Muito Alta.

As propostas de alteração da Reserva Agrícola Nacional foram analisadas em trabalho de campo realizado em conjunto com os representantes da DRAPN na CTA, tendo sido elaborada uma proposta de consenso que veio a **merecer a aprovação por parte da CRRAN em 1 de Fevereiro de 2008**, (Anexo VII).

As áreas de RAN do concelho detêm uma expressão muito reduzida, restringindo-se a pequenas manchas de solos adjacentes aos cursos de água. Foram propostas alterações nas manchas de RAN existentes junto às povoações da Rede, Mesão Frio e Barqueiros e ao longo da Ribeira de Seromenha.

A proposta da reserva Ecológica apresentada, **aprovada pela Comissão Nacional da REN em 13 de Maio de 2009**, (anexo VIII) dá forma aos critérios de delimitação

constantes do D.L. 93/90, de 19 de Maio, identificando cartograficamente as áreas mais sensíveis e representativas para o equilíbrio do território individualizando, sempre que possível, a particularidade dos sistemas com características biofísicas específicas quer pelo potencial, quer pela sua fragilidade.

Os trabalhos de revisão da REN resultam da necessidade de corrigir os erros de delimitação e de actualizar a cartografia, tendo-se baseado a metodologia na aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para assegurar um maior rigor na delimitação e na representação cartográfica das áreas, considerando a legislação e a documentação técnica disponibilizada pela CCDRN

Constitui um contributo para a operacionalização dos princípios de representatividade e de continuidade dos sistemas.

O **Relatório** é um documento estratégico que enuncia, de forma detalhada, os objectivos prosseguidos, bem como a metodologia que presidiu à definição e articulação das diferentes estruturas territoriais, fundamentando de forma consistente as diversas opções de planeamento municipal.

Descreve e sistematiza a metodologia que levou à proposta apresentada pela revisão do PDM e integra os contributos relativos a todas as áreas temáticas integrantes do Plano de forma lógica e sequencial.

Foi elaborado à luz do quadro jurídico em vigor, e assume-se como uma peça que justifica e fundamenta as grandes linhas/directrizes em termos da organização e estruturação do território municipal, que assentam num diagnóstico bem estruturado e aprofundado.

Dá realce aos estudos de diagnóstico e caracterização do território municipal, e daí decorrentes, aos principais factores críticos de evolução do território, sobre os quais é justificada a estratégia territorial, de ordenamento e de desenvolvimento, não se alheando do exercício de uma visão antecipada, estratégica e prospectiva sobre a qualidade de vida das populações, a estrutura do solo, cenários alternativos de desenvolvimento e modelo territorial desejável para Mesão Frio.



Previamente, este documento, apresenta um conjunto de premissas em que assenta a definição dos objectivos e motivações estratégicas que presidiram à revisão do PDM, bem como a metodologia subjacente à sua elaboração.

Os objectivos, para além da adequação à legislação mais recente no âmbito do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, da actualização estatística e cartográfica, traduzem um conjunto de prioridades estratégicas, como é a definição de um modelo territorial e de ordenamento, compatível não só com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socioeconómico, preconizado pelo município, que valoriza os principais recursos e actividades do concelho, nomeadamente o turismo e a vitivinicultura, mas, também, com as directrizes de programas e instrumentos de natureza estratégica, nacionais e/ou regionais, com incidência no território municipal, como é o caso do PNPOT, da ENDS, do POARC, do PRN, do PROF Douro, do PSRN e o PIOTADV.

O exercício de prospectiva realizado e enquadrado pela visão estratégica desenvolvida no PROTN, é apresentado um conjunto de quatro cenários tendenciais para a região transmontana e alto duriense que, se por um lado, traduzem uma região em perda, pulverizada, desestruturada e sem massa crítica, por outro, remete-nos para uma região em rede, ou seja, para um território estruturado em torno de um conjunto de espaços/pólos urbanos, que se interligam e se complementam, espaços de desenvolvimento e de especialização crescente, que ganham massa crítica e em que se assiste a uma recomposição dos sectores tradicionais e a uma diversificação da base produtiva, fruto de políticas selectivas e coordenadas, nacionais e regionais.

Assim, apresenta o modelo territorial desejável assente em cinco dimensões de políticas, a saber:

- I. Afirmação de um conjunto de polaridades estruturadas do território regional;
- II. Reforço de eixos interurbanos fundamentais na organização territorial;
- III. Construção de redes de proximidade para a formação de subsistemas urbanos ou aglomerações urbanas;
- IV. Concepção de uma política urbana dirigida para a malha urbana marginalizada e para os territórios em perda e rarefacção;

V. Consolidação dos relacionamentos urbanos externos.

Num quadro de relações e de necessária articulação, é feita uma breve descrição do âmbito e da natureza de cada um deles, das funções desempenhadas e os objectivos a que se propõem, que deixam antever e interpretar a integração das suas diferentes disposições e opções no PDM de Mesão Frio.

Explicita o método utilizado para a definição do Modelo de Organização Espacial do Município alicerçado no estabelecimento de dois espaços submunicipais - *a Montanha e o Douro Vinhateiro* - , bem como o utilizado para a consequente diferenciação em unidades territoriais nas quais são enfatizados os sistemas que estruturam este território:

- Sistema de protecção e valorização ambiental
- Sistema urbano e de povoamento
- Sistema de acessibilidades e conectividade e o
- Sistema produtivo de base territorial.

Explana, de forma fundamentada, os critérios que presidiram à redefinição das áreas incluídas em solo urbano, ao nível da representação e análise de situação existente e dos critérios que orientaram a proposta.

É genericamente quantificada a Estrutura de Ordenamento proposta salientando-se que **cerca de 9% do território municipal é classificado como solo urbano** e os restantes 91% **como solo rural**. Importa salientar que o acréscimo de solo urbano traduz um aumento da ordem dos 36%, sendo de destacar a representatividade que assume as áreas afectas à estrutura ecológica urbana.

O **Relatório Ambiental** (RA) analisado, foi desenvolvido no âmbito da Avaliação Ambiental (AA) efectuada para cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e, subsidiariamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Foi elaborado na sequência da proposta metodológica de definição do âmbito da avaliação ambiental e determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no RA, tendo acolhido os pareceres emitidos na respectiva consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE).

As conclusões da Avaliação Ambiental conduzem ao reconhecimento dos temas ambientais mais críticos para o ambiente e a sustentabilidade do território no Concelho e destacam:

- O elevado potencial turístico da região, baseado na valorização do seu património edificado e cultural e na diversificação das actividades económicas associadas ao sector turístico e industrial;
- A contenção e racionalização dos processos de urbanização;
- A valorização e protecção das áreas com vocação agrícola e florestal e de elevada sensibilidade ecológica e ambiental;
- A melhoria das condições de vida da população com incremento de infra-estruturas básicas e equipamentos e serviços fundamentais para a coesão e desenvolvimento do território.

A análise do presente documento (versão de Maio de 2009 do Relatório Ambiental) resulta na conclusão de que este cumpre o seu propósito, apresentando um desenvolvimento estruturado e satisfatório dos conteúdos exigidos na lei (artº 6º do D.L. 232/2007 de 15 de Junho), tendo-se verificado que já incorpora as rectificações sugeridas nas informações nºs 304/DSOT/DSIRT/08, 1306/DSOT/DSIRT/08 e 419/DSOT/DSIRT/09 de 22/04/2009, referentes à definição do âmbito da AAE e ao Relatório Ambiental (versões de Novembro/2008 e de Fevereiro/2009).

Nestas condições, considera-se que a versão de Maio/2009 do R.A. e respectivo R.N.T. se apresenta em condições de merecer o parecer favorável da CMC.



Os **Estudos de Caracterização** Assentam num conjunto de variáveis, que permitiram a constituição de uma base informativa, estruturada em função dos diferentes subsistemas e sectores:

– **Sistema Biofísico**, com a identificação dos recursos naturais e valores, com especial enfoque no Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial – referindo, ainda, os principais conflitos e ameaças ao seu funcionamento, como é o numero elevado de áreas sujeitas a erosão e deslizamento de terrenos, a dispersão do edificado e abandono das práticas agrícolas tradicionais, com efeitos contrastantes na paisagem e intrusões visuais que ameaçam o valor paisagístico do Alto Douro Vinhateiro;

- **Sistema Territorial e Urbano**, centrado na análise da ocupação do solo urbano e articulação das redes existentes ao nível da infra-estruturação, dotação de equipamentos e serviços, a exigirem algumas delas uma profunda reestruturação, face á recessão demográfica e á atracção pelos principais pólos urbanos em detrimento dos territórios mais periféricos;

- **Sistema Produtivo de base Territorial**, destacando a debilidade e desvalorização económica do sector primário em favor da terciarização pela ocorrência de novos serviços públicos e aumentos dos sectores de comércio, enfatizando o sector do turismo, manifestado no concelho em termos do seu património paisagístico, de lazer e de importância cultural, como um cluster de enorme potencial, e que se encontra subaproveitado.

O Modelo Territorial Actual, que traduz as vocações territoriais actuais e os principais perfis do sistema urbano municipal, destacando Mesão Frio, Vila Marim e Barqueiros como pólos com capacidade significativa de polarização e atracção no cômputo dos restantes aglomerados urbanos existentes.

Partindo da síntese do diagnóstico, resultante dos elementos de caracterização apresentados, e numa visão mais ampla e abrangente, assumindo, em parte, o papel de um plano estratégico, inexistente para o concelho, os estudos concluem com um capítulo de proposta de grandes linhas orientadoras para a revisão do Plano Director Municipal, no domínio das opções estratégicas de ordenamento territorial e do cenário desejável de desenvolvimento futuro para o concelho de Mesão Frio, não só em termos demográficos e económicos, mas, também, em termos sociais, ambientais e culturais.

Entre outras, destaca-se a coesão territorial pela qualidade e reforço das infra-estruturas de suporte à integração, universalidade do acesso aos equipamentos e serviços, preservação da biodiversidade e sustentabilidade dos recursos e valores naturais, reforço da base económica do concelho, assente, fundamentalmente, nos sectores vitivinícola e turismo, para além da “consolidação do modelo de povoamento concentrado e controle da expansão urbana e combate à dispersão do habitat”.

É entendimento da CMC que a presente proposta de plano se encontra fundamentada através da identificação dos variados recursos territoriais que caracterizam o município de Mesão Frio bem como pelo seu conteúdo material o qual se considera ajustado às características do território em presença, estado e previsão de evolução do aproveitamento dos recursos naturais, da actividade económica e desenvolvimento urbano.

Será de por em evidência que a situação de charneira do concelho de Mesão Frio, o contexto da sua inserção no Alto Douro Vinhateiro, a par de investimentos em curso e/ou previstos, altamente estruturantes do território e ainda não totalmente estabilizados, induzirão uma determinada margem de incerteza, quanto à evolução das dinâmicas em curso no município de Mesão Frio sendo espectável que, mesmo no horizonte do plano, possam ocorrer alterações significativas das perspectivas de desenvolvimento económico, social e ambiental.

Considera-se assim, que a proposta de plano é equilibrada e consubstancia a estratégia municipal de uso e ocupação do solo do território municipal para os próximos anos.

## 6 – A SOLUÇÃO APRESENTADA

A proposta de PDM apresentada pela Câmara Municipal de Mesão Frio, preconiza um modelo de organização territorial o qual resulta de um esforço de síntese na territorialização da estratégia de ordenamento formulada para o concelho e de uma fundamentação e justificação técnica das propostas de classificação e qualificação do uso do solo.

Tal modelo assenta nos seguintes objectivos estruturantes:

- Articulação estreita entre os objectivos específicos de desenvolvimento socioeconómico e de ordenamento físico do território;
- Utilização racional do recurso “território”, tendo em conta as suas características físicas, a vocação preferencial, as necessidades e expectativas locais e a compatibilização de usos possíveis;
- Preservação e valorização dos recursos e valores naturais, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentado;
- Minimização dos riscos naturais e tecnológicos, prevenindo e corrigindo situações críticas (erosão, inundação, incêndio, etc.);
- Consolidação do modelo de povoamento concentrado, controlando os processos de urbanização difusa e da edificação dispersa;
- Reclassificação do solo rural em solo urbano apenas nas situações excepcionais, abrangidas pela Lei, de forma a controlar o aumento significativo da capacidade edificatória na generalidade dos perímetros urbanos;
- Aproveitamento das redes de infraestruturas existentes, procurando potencializar e racionalizar a sua utilização e exploração;
- Preservação e valorização dos bens patrimoniais culturais, numa perspectiva de protecção e aproveitamento;
- Concertação dos interesses dos agentes e entidades envolvidas e a optimização de soluções que previnam e minimizam potenciais conflitos.

A proposta de ordenamento do território de Mesão Frio encontra-se baseada numa profunda caracterização das condicionantes físicas, numa modelação dos sistemas

estruturantes e na avaliação das dinâmicas urbanas, resultantes do cálculo da procura previsível de solos, antes de se estabelecer a qualificação do uso de solo e delimitação dos perímetros urbanos.

Considerando os princípios do desenvolvimento sustentável, baseado numa relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente, e tendo presente as recomendações dispostas nos planos de nível superior, o PDM especifica na sua concepção e essência os seus conteúdos e directrizes.

Simultaneamente ficam acauteladas as zonas de riscos naturais e tecnológicos, estabelecendo disposições a aplicar no sentido de garantir a sua prevenção e minimização.

Face a uma situação que alcança hoje proporções intoleráveis de ocupação dos terrenos adjacentes às vias rodoviárias e de completa descaracterização do povoamento de Mesão Frio, o PDM consolida o modelo de povoamento concentrado que marca a identidade histórica e paisagística do ambiente urbano do concelho, estabelecendo por outro lado critérios necessários ao controle dos processos de urbanização difusa e da edificação dispersa.

Não obstante, não poderemos deixar de referir que se verifica um crescimento substancial dos perímetros urbanos do concelho, embora este crescimento apareça justificado no relatório quando conclui *“que uma grande parte destas áreas se encontram já consolidadas ou correspondem a áreas verdes que constituem a chamada Estrutura Ecológica Urbana e que a reclassificação do solo rural como urbano, embora considerável, supôs que apenas uma fatia inferior a metade da superfície reclassificada correspondesse a área urbana disponível”*.

A proposta de perímetros urbanos considerou 31 aglomerados urbanos no concelho, representando, no seu total, uma área de 250,1 ha de solos urbanos ou urbanizáveis, que correspondem a um aumento de 71,31 ha em relação à área dos perímetros do PDM em vigor representando, como já se disse um acréscimo da ordem dos 36%.

No que respeita à reclassificação do solo rural e urbano foram utilizadas as melhores práticas do ordenamento do território partindo também do princípio de que o processo de dimensionamento do solo urbano deve considerar, sempre, a capacidade do solo já classificado e servido das infraestruturas básicas para absorver as novas habitações e actividades, aproveitando assim as edificações e equipamentos existentes.



Em conclusão é entendimento da CMC que o carácter excepcional da requalificação do solo rural em urbano operado se encontrará devidamente fundamentado pelas razões de natureza física, cultural, económica e ambiental a que se fez anteriormente referência, aceitando-se a reclassificação do solo que é realizada principalmente devido ao esforço de contenção da edificabilidade em solo rural.

Igualmente considera a CMC, face às características territoriais, económicas e sociais em presença, que o conteúdo da presente proposta de plano consubstancia uma intervenção capaz de promover o potencial endógeno municipal, o desenvolvimento socioeconómico, estando sempre presente a preocupação da integridade ambiental e cultural das áreas urbanas e rurais, a médio e longo prazos.



## **7 – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ORDEM SUPERIOR**

Sobre o território do concelho de Mesão Frio incide o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano da Bacia Hidrográfica do Douro, o Plano Rodoviário 2000, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Incide ainda o PIOTADV e o POARC.

**Relativamente ao PNPOT** verifica-se que o presente plano dá continuidade às orientações estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, procurando dotar o concelho de Mesão Frio das ligações que permitam o seu acesso às vias estruturantes regionais a par do desenvolvimento da dimensão turística aproveitando e dando corpo às potencialidades turísticas.

A protecção dos produtos regionais de qualidade pela preservação e valorização dos territórios e o quadro ambiental da sua produção, como é o vinho do Porto, a par da valorização das áreas de interesse para a conservação da natureza e biodiversidade são outros contributos importantes do PDM de Mesão Frio para a implementação do referido programa nacional.

A promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e a adopção de medidas tendentes à promoção do desenvolvimento rural são reais preocupações do Município, que se julgam acauteladas na proposta de plano.

Igualmente se constata que, de uma maneira geral e pelo que ficou dito na apreciação da solução de Ordenamento do Território realizada, o presente PDM traduz e dá continuidade às medidas prioritárias enunciadas para cada um dos objectivos específicos expressos no PNPOT.

**Quanto aos Plano da Bacia Hidrográfica do Douro e Plano Rodoviário 2000** o PDM de Mesão Frio incorpora, com as adaptações decorrentes da dinâmica, dos termos em que têm evoluído os presentes instrumentos e da informação disponibilizada ao Município, as orientações e directrizes neles pronunciadas.

**A integração do Plano Sectorial da rede Natura 2000 - PSRN2000** nos elementos que constituem e acompanham o PDM de Mesão Frio mereceu o acompanhamento do ICNB tendo obtido o seu parecer favorável.

Podemos ainda dizer que, o Plano Director Municipal de Mesão Frio integra as orientações estratégicas florestais e as normas constantes no **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro, (PROFD)**, no qual se integra maioritariamente.

No que ao **Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro** diz respeito, verificamos que o mesmo mereceu a devida transposição para o PDM em apreciação, quer no que respeita aos seus princípios e objectivos gerais quer no que concerne à transposição das normas associadas ao de uso, ocupação e transformação do solo rural.

Já no que respeita ao **Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo** julga-se que é correctamente transposto para a presente proposta de plano ficando a conformidade com esse plano garantida através da articulação conjunta dos elementos que constituem o PDM.

Face ao teor da proposta de plano e aos pareceres emitidos pelas diferentes entidades é entendimento da CTA que a presente Proposta de Plano integra e articula, de forma correcta, as orientações dos planos de âmbito nacional em vigor encontrando-se assegurada a compatibilidade com os IGT em vigor mencionados.

## **8 – CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES DIRECTAMENTE APLICÁVEIS**

Neste âmbito e sobre os aspectos que suscitam dúvidas sobre a legalidade dos elementos que constituem o presente plano ou que, merecerão ser repensados, no sentido de melhorar a apreensão das disposições nele contidas -- e, logo, de facilitar a sua futura aplicação e seguindo, por facilidade na exposição, o articulado do regulamento que constitui o Plano é entendimento da CMC o seguinte:

8.1. Constatamos que algumas definições contidas nas várias alíneas do **art. 5.º** se manifestam divergentes com os correspondentes conceitos de que trata o anexo ao decreto regulamentar (já aprovado em conselho de Ministros, embora ainda aguardando publicação) que fixa os conceitos técnicos do ordenamento do território e urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial – a título de mero exemplo, assim acontece com os conceitos de «área bruta de construção», «cércea», «lote» e «parcela».

Uma vez que a manutenção destas divergências poderá, desde logo, conduzir a sensíveis dificuldades na aplicação do Plano, parece de recomendar que sejam sanadas. Para o efeito, poderá a CCDRN facultar o dito decreto regulamentar ao município, caso este dele ainda não disponha.

8.2. No **art. 10.º** são identificadas as categorias de espaços que integram cada uma das classes do solo.

Constata-se uma contradição entre o que aqui é indicado e o disposto na Secção IV do mesmo capítulo onde o artigo citado se insere. Deste artigo resulta que a estrutura ecológica se reporta tão-só ao solo urbano, enquanto que da citada secção (**art.s 22.º e seguintes**), resulta que a estrutura ecológica incide também sobre o solo rural.

8.3. Temos por ilegais as normas que resultam do disposto no n.º I **art. 72.º** do regulamento do Plano, na medida em que admitem que a aplicação dos mecanismos de perequação possa ocorrer «nas operações urbanísticas a levar a efeito nas unidades operativas de planeamento e gestão», sem que se encontre fixada unidade de execução

ou vigore plano de pormenor – o que claramente contraria o disposto no n.º 2 do art. 136.º do Dec.-Lei n.º 380/99.

A mesma disposição legal é posta em causa pelo n.º 2 do mesmo artigo, porquanto prevê que o «mecanismo perequativo» a integrar a taxa municipal de urbanização se aplique à generalidade das operações urbanísticas. Destinando-se a perequação compensatória a repartir equitativamente os *benefícios e encargos entre os proprietários* afectados pela execução de um plano (v.g., n.º 1 do art. 135.º do RJIGT), o “mecanismo” a que se refere o citado n.º 2 do art. 72.º do regulamento antes constitui um encargo a suportar pelos interessados nas operações urbanísticas. Estamos pura e simplesmente perante uma taxa municipal e não em face de qualquer instrumento de perequação compensatória.

8.4. A circunstância de as áreas percorridas por incêndio reportarem apenas até 2005 deve ficar devidamente fundamentada.

**9 - PARECER FINAL DA COMISSÃO TÉCNICA DE  
ACOMPANHAMENTO E RECOMENDAÇÕES FINAIS**

Face ao exposto a CTA emite parecer favorável desde que se verifique a incorporação das correcções, rectificações e fundamentação explicitadas nos pontos 3 e 8 do presente parecer.

Mais se recomenda à Câmara Municipal que após a incorporação anteriormente expressa possa dar sequência ao processo de elaboração do PDM, através da abertura dos procedimentos de discussão pública.

Porto, 23 de Junho de 2009

Pela CCDR-N,

(Dra. Célia Ramos)

DRAP-Norte,

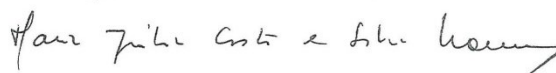


(Eng.º Casimiro Monteiro)



(Eng.º Luís Gonçalves)

Direcção Regional de Economia do Norte,



(Eng.ª Maria Júlia Loureiro)



EP, Estradas de Portugal, SA,



(Eng<sup>a</sup> Isabel Bastos)

Direcção Regional da Cultura do Norte,

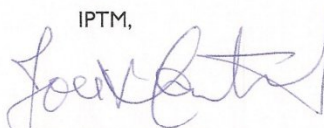


(Dr. Orlando <sup>Sousa</sup> ~~Bastos~~)

REFER,

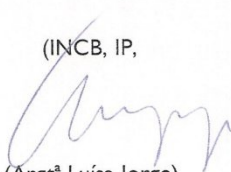
(Eng<sup>o</sup> Duarte Pereira)

IPTM,



(Eng<sup>o</sup> José Coutinho)

(INCB, IP,



(Arqt<sup>a</sup> Luísa Jorge)

Câmara Municipal de Resende

Fátima Pereira

(Eng<sup>a</sup>, Fátima Pereira)

### 3.2 Ponderação dos pareceres sobre a definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e o Relatório Ambiental do PDM de Mesão Frio

Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipa
CCDRN	15/12/2008	"Considera-se que na fase I a análise do QRE deveria anteceder a identificação dos FCD."	A metodologia utilizada para a identificação dos FCD resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para o Plano Director Municipal de Mesão Frio, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE).
		"Integrar o PNAC na análise prévia do QRE."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"Realizar uma análise mais sintética dos factores FCD e dos indicadores de monitorização. "	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"Na fase de seguimento deve-se definir indicadores facilmente mensuráveis."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada



Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipa
	19/02/2008	"As directrizes definidas para cada FCD de minimização dos efeitos do PDM devem ser transposta para o programa de execução do PDM."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"Quanto ao Resumo não Técnico, entende-se que deveria ser feito um esforço de síntese e redução da extensão do documento para efeito da fase de discussão pública."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"Na fase de seguimento devem ser definidos as fontes de informação dos objectivos/metast definidos e a periodicidade ou faseamento da monitorização dos indicadores."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"No FCD <i>Coesão e Desenvolvimento Territorial</i> , Critério <i>Actividades Económicas</i> , sugere-se acrescentar à variação da SAU um indicador relativo à produção primária/agrícola, e acrescentar à variação da oferta do solo um indicador sobre a taxa de ocupação destas áreas."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada

Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipa
		"No FCD <i>Recursos Territoriais</i> , critério <i>Recursos florestais</i> , acrescentar como indicadores: Área do concelho integrada em categorias de espaço florestal; Taxa de arborização na totalidade das categorias de espaço florestal; Área do concelho integrada em categoria de espaço natural e de valor paisagístico. "	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"No FCD <i>Qualidade Ambiental</i> , critério <i>Riscos Naturais e Tecnológicos</i> , rectificar o indicador % das áreas florestais com risco de incêndio elevado e muito elevado, e acrescentar variação do n.º de incêndios florestais e da área ardida. Acrescentar critérios e indicadores para a aferição do PNAC ou Plano Nacional da Energia - p.e edifícios com elevados níveis de eficiência energética, outras medidas orientadas para a sustentabilidade energética dos equipamentos/edifícios públicos do município. Para o critério <i>Qualidade do Ar</i> , para além do número de fontes emissoras de poluentes atmosféricos, considera-se que seria vantajoso identificar a respectiva localização e tipologia de poluentes emitidos. "	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada

Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipa
		"Recomenda a síntese das directrizes estabelecidas para cada FCD e assegurar que figurem na Declaração Ambiental."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"No FCD <i>Recursos Territoriais</i> , critério <i>Recursos Cinegético e Piscícolas</i> , considerar como indicadores: Área submetida a regime florestal cinegético especial e n.º de concessões ou reservas de pesca."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
			Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
ICNB	13/01/2009	"Nas fichas dos valores faunísticos deverão ser incluídas as orientações de gestão."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
		"Não existem uma descrição do Sítio Alvão-Marão, tendo por base a ficha publicada no Plano Sectorial da Rede Natura 2000".	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada: na análise da situação actual do critério Biodiversidade foi realizada uma descrição do Sítio Alvão-Marão.
		"Considera-se que o objectivo de propor programas de gestão e monitorização estratégica não foi atingido ao nível da conservação da natureza. Os indicadores propostos para os factores Biodiversidade e Paisagem para além de estarem desajustados, não são utilizados no decorrer do relatório."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada: os indicadores seleccionados para o critério Biodiversidade foram redefinidos de forma a avaliar a biodiversidade na totalidade área do concelho e não apenas na área abrangida pela Rede Natura 2000.

Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipa
		"Propõe que o relatório ambiental inclua a descrição das medidas de controlo previstas."	Foi dado cumprimento à sugestão efectuada
REFER	15/12/2008	Nada a opor.	Sem comentário
APA	19/02/2008	"É do entendimento deste organismo que a vocação local destes instrumentos de gestão territorial exige uma ponderação dos interesses ambientais, também com uma incidência muito particular na área de intervenção em causa, pelo que a entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições regionais é a CCDRN com jurisdição na área, pelo que junto devolvemos os documentos em causa. "	Sem comentário
REN	19/02/2008	"Sobre o relatório que nos foi enviado concordamos com a metodologia adoptada, manifestando apenas a opinião de que o enfoque deverá, porventura, incidir sobre um menor número de factores críticos. "	Os FCD propostos incidem de forma global as dimensões ambientais relevantes para a AAE do PDM de Mesão Frio.

Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipa
IPTM	19/03/2008	<p>"Entendemos que é de toda a pertinência que o desenvolvimento do PDM de Mesão Frio e a AAE associada contribuam para chegar a compromissos de planeamento que potenciem a sua navegabilidade."</p> <p>"Atendendo às Opções Estratégicas/Objectivos Específicos definidos no PDM de Mesão Frio, é nossa convicção que a importância do Rio Douro para esse concelho e para a região, enquanto via navegável, deve ser considerada e valorizada, devendo ainda tal vir repercutido ao nível dos Factores Críticos para a Decisão. "</p>	<p>As questões estratégicas relacionadas com a navegabilidade do Douro não se integram no âmbito de análise do PDM. Estas questões são abordadas e desenvolvidas em planos sectoriais mais específicos como o POARC.</p>